

documentação sobre as terras de Mato Grosso e do Nordeste são extremamente precárias para o estabelecimento dos limites de propriedades.

De outra forma, negou a responsabilidade do Governo federal em todas as questões de posse de terra, lembrando que legalmente pertencem à União as terras de fronteiras e as marginais das estradas da Amazônia. Ressaltou que grande parte dos problemas fundiários só podem ser resolvidos pelo Executivo Estadual.

Pelas informações de Paulo Yokota, os projetos de colonização desenvolvidos pelo Incra envolvem aumento de 250 mil famílias e dez milhões de hectares de terras distribuídas. Ainda, segundo seus dados, foram desapropriadas, desde 1979, cerca de 3 milhões de hectares de terras — 25% desse total para mera regularização fundiária no Sul do País.

Especificamente sobre Mato Grosso, o presidente do Incra revelou a existência de um problema de sérias repercussões sociais, uma vez que existem titulados no Estado 17 milhões de hectares, quando existe uma disponibilidade de apenas 15 milhões de hectares. No entanto, considerou normal tal distorção ao destacar que o processo de colonização no Sul também apresentou os mesmos tipos de questões, há 30 anos. E garantiu que a atual fase de integração do território brasileiro é feita de forma racional e humana, tendo em vista a primeira experiência nos estados sulinos.

## Novo acordo do café satisfaz EUA

WASHINGTON — O Governo Reagan acredita que os níveis das quotas e preços de referência acertados recentemente pelas principais nações produtoras e consumidoras de café harmonizam-se com as atuais condições do mercado mundial.

"As conversações foram muito bem sucedidas", disse aos jornalistas um funcionário norte-americano da área comercial. "Conseguimos, pelo terceiro ano consecutivo, chegar a uma escala adequada de preços, a qual consideramos reflete, de forma conveniente, o mercado do café. Também

acordamos uma quota global que, do ponto de vista dos Estados Unidos e de outras nações consumidoras, representa uma quantidade suficiente, considerando-se a demanda mundial".

Nos termos do Acordo Internacional do Café (AIC), de seis anos de vigência, negociado em 1982, os países concordam em estabelecer quotas de exportação, a fim de estabilizar os preços dentro de uma faixa negociada anualmente.

Nas últimas conversações, encerradas a 1.º de outubro, aprovou-se uma quota anual de 56,2 milhões de sacas de 60 quilos para 1983-84 — um aumento de 200.000 sacas sobre a quota do ano anterior. A faixa de preços foi mantida entre 2,53 e 3,19 dólares o quilo. As quotas são fiscalizadas pelas autoridades alfandegárias dos países importadores, que só permitem a entrada do café se as quantidades especificadas nos selos emitidos pelos países exportadores concordem com os certificados de origem fornecidos pela Organização Internacional do Café.

Os Estados Unidos são o maior consumidor isolado de café, e importam, atualmente, entre 16 milhões e 18 milhões de sacas por ano.

O mecanismo de ajuste de quota também continua sendo o que vigorava no ano passado. De acordo com este mecanismo, quando os preços baixam, as quotas são restringidas, reduzindo-se, assim, os estoques mundiais de café disponíveis. Na extremidade mais baixa da escala negociada de preços, vigora a quota mais restritiva. Se os preços subirem à extremidade superior da escala, as quotas são, então, gradativamente aumentadas. Se os preços excederem os 3,30 dólares o quilo durante 30 dias de mercado consecutivos, eliminam-se todas as quotas, e os integrantes do acordo podem exportar sem restrições.

As quotas mundiais, nos termos do novo acordo, baseiam-se em um cálculo consensual da demanda mundial para o ano seguinte e são, geralmente, determinadas cada dois anos. Em 1982, os países integrantes do AIC negociaram um regime de quotas de dois anos.

A negociação de quotas "é altamente desagregadora", disse um funcionário norte-americano, e "a indústria em todo o mundo pediu: 'Dêem-nos mais de um ano para que saibamos se vamos dispor de um sistema apropriado'."

As quotas para cada país produtor são renegociadas anualmente, dentro da quota mundial. Os Estados Unidos, e outras nações consumidoras, não desempenham praticamente qualquer papel nessa negociação, disse o funcionário norte-americano.

Acrescentou, entretanto, que, na negociação do ano passado, os Estados Unidos tiveram êxito em seu empenho de conseguir uma revisão do método de distribuição das quotas de exportação entre os quatro grupos básicos do café — Colômbia suave, outros tipos suaves, arábicas não lavados e robustas —, a fim de que refletissem mais adequadamente a demanda de importação.

Da quota anual total, designam-se 20,12 por cento para o Colômbia suave, 23,36 por cento para os outros tipos suaves, 33,45 por cento para os tipos arábicas não lavados e 23,07 por cento para o tipo robusta.

Designam-se aproximadamente 52,9 milhões de sacas da quota mundial total de 56,2 milhões de sacas a países exportadores individuais mediante percentuais, e as 3,3 milhões de sacas restantes a pequenos países, sem quotas individuais.

São as seguintes as quotas individuais para os países produtores, no ano de 1983-84, em termos de percentual da quota global de 52,9 milhões de sacas: Colômbia, 16,28 por cento; Quênia, 2,48; Tanzânia, 1,36; Costa Rica, 2,16; República Dominicana, 0,95; Equador, 2,17; El Salvador, 4,48; Guatemala, 3,47; Honduras, 1,49; Índia, 1,24; México, 3,65; Nicarágua, 1,28; Papua-Nova Guiné, 1,16; Peru, 1,31; Brasil, 30,85; Etiópia, 2,62; Indonésia, 4,55; Uganda, 4,44; Zaire, 2,12; membros da Organização Africana e Malgaxe do Café, 11,96.

O acordo provê também que uma pequena quantidade de exportação vá para Angola e Filipinas, sem designação específica de parcelas para esses países.

Nos termos do AIC, os membros consumidores também podem importar determinada quantidade de café de países não-membros do acordo.

Autoridades norte-americanas informaram que se fez algum progresso no fortalecimento dos procedimentos para controlar as exportações de café para países não-membros.

Além disso, as autoridades ressaltaram que vários importadores, principalmente os Estados Unidos e a